

BRASILIANAS

POR WILLIAM FRANÇA



Para os sindicatos empresariais, a mudança envolve custos relevantes

PEC do 6×1 é promulgada e acende alerta no comércio do DF

O Congresso Nacional promulgou na sexta-feira (16) a Emenda Constitucional nº 141, que extingue a escala 6×1, reduz a jornada máxima semanal e amplia o repouso remunerado para dois dias, sem redução salarial. A alteração ocorre em um cenário em que o comércio representa 6,1% do PIB do Distrito Federal e integra o setor de Serviços, responsável por 95,6% da economia local. A mudança constitucional também envolve custos relevantes para as empresas, já que a redução da jornada de 44 para 40 horas, sem corte salarial, eleva em cerca de 10% o valor da hora trabalhada, com estimativas indicando pressão de até 6% sobre os preços ao consumidor no longo prazo. Segundo o IBGE, as empresas comerciais empregam 164,6 mil pessoas formalmente no DF, com o varejo reunindo 74,6% dos postos, o atacado respondendo por 15% e o segmento de veículos, peças e motocicletas por 10,4%. Outras medições apontam mais de 218 mil trabalhadores atuando na área. Na distribuição geral da força de trabalho, o comércio é o segundo maior empregador da capital, com 35,4% dos vínculos, atrás apenas dos Serviços, que concentram 49,6%, enquanto a indústria responde por 14,5%. A promulgação inicia o prazo de adaptação às novas regras.



Connect Expo EURO 2026, feira de carreiras voltada à inovação

Connect Expo EURO 2026 discutirá IA e emprego

O Centro Universitário Unieuro realiza nos dias 21 e 22 de outubro o Connect Expo EURO 2026, feira de carreiras voltada à inovação, empregabilidade e formação profissional. A programação reunirá empresas, especialistas e instituições nacionais e internacionais, entre elas a Embaixada da República Dominicana e o Escritório de Representação de Taiwan, além de Sebrae, Fecomércio, CIEE e Max Estágio. Aberto ao público, o encontro integrará estudantes, egressos, profissionais e alunos do ensino médio de escolas selecionadas em debates sobre transformações do mundo do trabalho, novas profissões, inteligência artificial e trajetórias profissionais não lineares. A próreitora do Unieuro, Juliana Ferraz, destaca que aproximar estudantes de empresas e especialistas ajuda a compreender mudanças em curso e a ampliar repertórios para decisões de carreira. A programação inclui painéis, espaços de exposição e atividades práticas como o Career Lab, o Innovation & Startup Arena e o Desafio 60 segundos.

Setor empresarial reage à nova escala de trabalho

A CNC avalia que a implementação da Emenda Constitucional exigirá regulamentação detalhada para garantir segurança jurídica, previsibilidade e condições adequadas de adaptação. No DF, o Sindiatacadista-DF destaca que o atacado opera com margens de um dígito e que a reorganização das equipes, a adequação logística e a revisão dos contratos exigirão planejamento para evitar impactos sobre o abastecimento do varejo. Já a Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços (Febrac), que representa os setores de asseio, conservação e serviços terceirizados, alerta para riscos à continuidade de operações essenciais em hospitais, escolas, órgãos públicos, indústrias e centros comerciais. A entidade considera que o curto prazo de transição exige redistribuição de horários, avaliação da compatibilidade da escala 12×36, revisão de contratos e planejamento financeiro para absorver os novos custos. As entidades defendem diálogo entre governo, trabalhadores e empresas para assegurar adaptação responsável, preservação dos empregos e manutenção das atividades.

Projeto investiga fronteiras entre urbano e natureza

O projeto Fronteiras Poéticas entre Urbano e Natureza: paradoxos, relações e deslocamentos realizou no sábado (17) o lançamento de quatro videoperformances e de um livro de artista na CASA Aerada, no Varjão. A iniciativa, assinada pelos artistas Fernando Pericin, Lynn Carone e Robson Castro, propõe uma investigação sobre como a ocupação urbana se relaciona com remanescentes do Cerrado em diferentes territórios do Distrito Federal, observando deslocamentos, sobreposições e permanências da vegetação na paisagem construída. As obras foram produzidas em áreas de contato entre cidade e natureza, aproximando corpo, câmera e ambiente para examinar impactos visíveis e invisíveis do avanço urbano. O processo dialoga com a ideia de caminhada como leitura e escrita do território, desenvolvida pelo arquiteto Francesco Careri, e integra ações performáticas registradas em vídeo. O lançamento contou com roda de conversa com as pesquisadoras Suzete Venturelli e Luísa Günther, além de recursos de acessibilidade como audiodescrição, intérprete de Libras.



MPDFT recorrerá ao Tribunal de Justiça para pedir aumento da condenação

Homem é condenado a 26 anos por matar vizinho no DF

Crime ocorreu em Samambaia após desentendimento sobre estacionamento

Por **Isabel Dourado**

O Tribunal do Júri de Samambaia condenou, na última sexta-feira (16), Francisco Evaldo de Moura Silva a 26 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, por homicídio qualificado, tentativa de homicídio qualificado e porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. O julgamento durou mais de 15 horas e seguiu a denúncia apresentada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A briga entre os envolvidos foi registrada por câmeras de segurança.

O crime ocorreu em 6 de fevereiro de 2025, na QR 408 de Samambaia, após um desentendimento sobre estacionamento de veículos. Segundo a denúncia, Francisco atirou contra os vizinhos Adriano e Gabriel, pai e filho. Adriano foi perseguido pelo acusado e baleado na garagem da própria residência, onde morreu. Gabriel conseguiu fugir sem ser atingido.

Os jurados reconheceram as qualificadoras de motivo fútil, perigo comum, recurso que dificultou a defesa das vítimas, além do uso de arma de fogo de uso restrito nos crimes contra Adriano e Gabriel. Na definição de pena, o juiz

também considerou a agravante de perigo comum.

A pena foi fixada em 17 anos, 10 meses e 15 dias de reclusão pelo homicídio consumado, 5 anos, 11 meses e 15 dias pela tentativa de homicídio e 3 anos pelo porte ilegal de arma de fogo de uso restrito. A soma corresponde a 26 anos e 10 meses de reclusão. De acordo com informações do Tribunal, o réu permanece preso, e a sentença determinou o início imediato do cumprimento da pena.

Os promotores de Justiça Marcelo Leite e Tiago Maia representaram o Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT) durante o julgamento. Maia ressaltou que o Ministério Público considera a decisão uma resposta firme à violência cometida contra as vítimas.

“É um desfecho que traz um alento necessário à família e aos amigos, garantindo que o responsável preste contas à justiça. No entanto, em relação ao tempo de condenação, entendemos que a pena fixada na sentença ainda não reflete toda a severidade que a gravidade do caso exige”, ressaltou.

O MPDFT vai recorrer ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) para solicitar o aumento da condenação.